

## ANALISANDO A PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO HETERONORMATIVA DA MASCULINIDADE

Autor: Arthur Furtado Bogéa; Orientadora: Iran de Maria Leitão Nunes.

Universidade Federal do Maranhão – UFMA. [arthurbogea@gmail.com](mailto:arthurbogea@gmail.com)

**Resumo:** O presente artigo decorre da minha monografia de conclusão de curso tendo continuidade nos estudos para a elaboração de minha dissertação de mestrado. É um estudo sobre como ocorre a produção e reprodução heteronormativa da masculinidade e as questões sociopolíticas que daí derivam. A partir de levantamentos bibliográficos em que utilizou-se como aportes teóricos Foucault (1996), Butler (2003), Louro (1997), Scott (1990), dentre outros, entende-se a masculinidade como construção social discursiva produzida no e pelo processo histórico-político de constituição da sociedade. Parte-se do pressuposto que a heteronormatividade constitui uma referência padrão de identidade de gênero para a masculinidade. Essa discussão é necessária por refletir uma tentativa de desconstrução de visões naturalizadas a respeito das masculinidades e dar visibilidade ao gênero e suas identidades como produção discursiva. Portanto, conclui-se que a masculinidade é parte de uma produção discursiva que tem a heteronormatividade como referência constituída como norma através de um processo de naturalização de configurações sociais.

**Palavras-chave:** masculinidade, heteronormatividade, identidade gênero, discurso.

### Introdução

Ao propor este estudo sobre gênero é importante, sobretudo, entender que as relações de poder se expressam através de dispositivos discursivos em espaços sociais diversos sobremaneira que veiculam-se em noticiários a violência à homossexuais, mulheres, dentre outros, ora naturalizando-as, ora politizando tais questões, neste sentido defende-se a premissa de que o desenvolvimento de uma sociedade equitativa perpassa pelas discussões de gênero e como estas são *constructos* discursivas elaboradas através de um processo histórico, político e social que de certa forma verticaliza as posições dentro da sociedade, em que o discurso heteronormativo se sobrepõe aos demais.

A heteronormatividade, neste sentido é um tipo de regime que prescreve que somos “destinados” a sermos heterossexuais, por isso, integrados a um esquema de classificação binária em que se separam de modo oposto e complementar as atribuições constitutivas da masculinidade e da feminilidade. Desse modo, compreende-se que os sujeitos aprendem e tentam moldar seus comportamentos dentro da referência normativa da masculinidade a partir dos discursos.

É a partir da compreensão do gênero como construção social que se percebe como as relações sociais constituem os papéis outorgados aos sujeitos tendo o gênero como referência primeira e fundamental. Esse é o primeiro passo para se começar a desconstruir

estruturas de gênero enraizadas na sociedade e impostas aos sujeitos como verdades inquestionáveis e por essa razão, não discutidas.

Parte-se do pressuposto de que a heteronormatividade constitui uma referência padrão de identidade de gênero para a masculinidade e, também para a “feminilidade” e que a partir disso, outras expressões possíveis de experiência das identidades de gênero serão subordinadas e/ou excluídas nas relações sociais. Como afirma Scott (1990), o gênero pode ser uma categoria útil de análise, que nos auxilia a desvendar relações de poder. Assim, nos permite entender melhor as representações sociais configuradas para a masculinidade e como os sujeitos constituem no cotidiano essas representações.

Este trabalho foi produzido a partir de levantamentos bibliográficos e é parte do meu trabalho monográfico, no qual fiz um estudo sobre como ocorre a produção e reprodução heteronormativa da masculinidade e as questões sociopolíticas que daí derivam. Este estudo está sendo continuado em minha pesquisa de mestrado. Tem como objetivos analisar a referência normativa de masculinidade ou heteronormatividade e suas ações nas relações sociais e compreender como os discursos produzem e legitimam uma identidade de gênero masculina em detrimento de outras formas possíveis de identidade.

A importância deste estudo se reflete na tentativa da desconstrução de uma visão naturalizada a respeito da masculinidade, uma vez que a heteronormatividade produz e reproduz um determinado tipo de identidade masculina como natural/normal, assim como dar visibilidade às questões relacionadas ao gênero como produção discursiva, uma vez que estas não são identificadas pelos sujeitos, pois estes não se percebem envolvidos em um processo contínuo de produção e reprodução das identidades de gênero. É necessário que se abra espaço para reflexões e discussões a respeito de uma possível relação igualitária entre sujeitos do gênero, pois só assim se poderá experimentar os gêneros de forma mais livre e sem medo.

A primeira parte do artigo, “As masculinidades como identidades de gênero”, discute que as identidades gênero tidas como masculinas podem ser múltiplas e dinâmicas, não existindo uma única forma de masculinidade. Na segunda parte, “Masculinidade: produção discursiva histórico-política”, trata sobre aquilo que se tem como masculinidade fazer parte de uma construção discursiva histórico-política que foi naturalizada nas relações sociais. A terceira parte do artigo, “Heteronormatividade: elemento constitutivo de referência normativa para as masculinidades”, trata das questões da heteronormatividade como regime que rege os gêneros e suas identidades e determina como deve ser o comportamento dos sujeitos que se dizem masculinos.

## 1. As masculinidades como identidades de gênero

A partir de discursos biomédicos, psiquiátricos e outros correlatos instaurou-se “o sexo” como substrato orgânico a constituição de uma referência padrão de identidade de gênero masculina que possibilita a interpretação naturalizada em meio às relações sociais e, com isso, subordinou e/ou excluiu outras expressões possíveis de vivência de identidades de gênero. Essa referência de masculinidade considerada sob o ponto de vista da “natureza” tem sido viabilizada em discursos normativos que criam regras que regem o comportamento de um sujeito para que este possa se definir como masculino.

Segundo Butler (2003) essa identidade de gênero está referenciada em uma construção discursiva na qual se supõe a existência do gênero inteligível, ou seja, em uma correspondência direta entre sexo, gênero, desejo e práticas sexuais que se constituem em regime heteronormativo como regulação do comportamento. São normas de inteligibilidade socialmente instituídas e mantidas na sociedade.

Gêneros “inteligíveis” são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, práticas sexuais e desejo. Em outras palavras, os espectros de descontinuidade e incoerência, eles próprios só concebíveis em relação a normas existentes de continuidade e coerência, são constantemente proibidos e produzidos pelas próprias leis que buscam estabelecer linhas causais ou expressivas de ligação entre o sexo biológico, o gênero culturalmente constituído e a “expressão” ou “efeito” de ambos na manifestação do desejo sexual por meio da prática sexual (BUTLER 2003. p. 38).

Sendo assim, a referência de masculinidade como identidade de gênero a ser seguida atende às expectativas da lógica de uma produção discursiva materializada em práticas reguladoras a partir de uma matriz de normas que regulam o gênero. Nessa perspectiva Butler (2003) mostra que o que ocorre na sociedade a partir de uma série de produções discursivas, como discursos médicos, políticos, religiosos, jurídicos, dentre outros, é a heterossexualização do desejo e, dessa forma, a oposição desigual entre masculino e feminino, “em que estes são compreendidos como atributos expressivos de “macho” e de “fêmea.”” (BUTLER 2003, p.39).

Ainda, segundo Butler (2003), a matriz cultural que torna o gênero inteligível exige que outras identidades deixem de existir. A matriz cultural do gênero inteligível estabelece e regula a forma de vivência do gênero e impossibilita que outras formas possíveis de identidades de gênero, colocando-as como práticas perturbadoras por não se conformarem às normas da inteligibilidade.

Contudo, é necessário ressaltar que outras identidades colocadas como estando fora da norma de gênero criam oportunidades para se questionar essa norma a partir do momento que se perpetuam na sociedade e, com isso, colocam em questão a naturalidade da

matriz de inteligibilidade do gênero. Portanto, matriz cultural que normatiza as identidades de gênero deve ser pensada como efeito de práticas discursivas materializadas nas relações sociais.

A masculinidade hegemônica é um modelo cultural ideal que, não sendo atingível – na prática e de forma consistente e inalterada – por nenhum homem, exerce sobre todos os homens e sobre as mulheres um efeito controlador. Implica um discurso sobre a dominação e a ascendência social, atribuindo aos homens (categoria social construída a partir de uma metonímia do dimorfismo sexual) este privilégio potencial (ALMEIDA 1995 p. 162).

Portanto, não se deveria pensar em uma referência de masculinidade como pronta e acabada, uma vez que isso daria um caráter orgânico para as identidades de gênero e, desse modo, se legitimaria a ideia de que o sujeito “macho” exiba traços configurados como pertencentes e determinantes de sua masculinidade e pela heteronormatividade, que regula o mundo social, tenha desejos por sujeitos “fêmeas”<sup>1</sup>.

No entanto, as identidades de gênero são construtos e não o resultado de uma “essência” natural, assim não existe uma relação estabelecida naturalmente que estabeleça que determinado órgão genital define determinada identidade de gênero. O que se tem são práticas reguladas por uma norma produzida em um processo discursivo histórico-político, no qual se naturaliza uma referência a respeito do gênero e de suas possíveis formas de vivência.

## **2. Masculinidade: produção discursiva histórico-política**

Connell (1997) em seu trabalho intitulado *La organización social de la masculinidad* mostra que o conceito de masculinidade é recente, porém, ainda assim, existem algumas definições que passaram a marcar os estudos a respeito da masculinidade. Connell aponta quatro definições a respeito da masculinidade: as definições essencialistas, positivistas, normativas e semióticas. No entanto, ele afirma que todas essas correntes de investigação não conseguem produzir uma ciência da masculinidade, uma vez que esta não é um objeto pelo qual se possa produzir uma ciência generalizadora, pois é aspecto de uma estrutura maior e muito complexa. Assim, a masculinidade está ligada a uma estrutura das relações de gênero de acordo com heteronormatividade. Desse modo, é considerada como pertencente à heterossexualidade do sujeito “macho”.

A masculinidade, nesse sentido, é entendida como parte das relações e dos processos de vivência do gênero por homens e mulheres. Sendo assim, a referência de identidade de gênero para a experiência da masculinidade é produto dessa percepção das

---

<sup>1</sup> As categorias macho e fêmea fazem parte da divisão binária do gênero construída a partir do processo discursivo histórico-político e sendo assim não pode ser pensada como exclusivamente natural.

“diferenças sexuais” refletidas nas práticas da experiência corporal, na personalidade e na cultura. Qualquer forma de masculinidade possui internamente uma grande complexidade, assim, não se poderia falar em masculinidade fixa, pois são as relações de gênero que produzem as masculinidades, instituindo a divisão e regulação de papéis sociais distintos.

A referência normativa de masculinidade baseada no modelo heteronormativo que determina que todo sujeito que possui um pênis sinta desejo por um sujeito que possua uma vagina<sup>2</sup>, representa o parâmetro de masculinidade que consegue proeminência em um determinado tempo e espaço em relação a outras possíveis referências de vivência da identidade de gênero.

Essa normatização de uma referência de identidade cria relações desiguais e hierarquizadas sobre as identidades de gênero. Butler (2003) mostra que essa construção discursiva das identidades de gênero se dá no interior de uma matriz heterossexual de poder, por isso é necessário se deslocar as categorias homem/mulher, macho/fêmea, da visão de uma construção natural e tratá-las como produção dentro dos discursos sociais, pois esse poder que é atribuído a matriz heterossexual é produzido e legitimado pelos discursos.

Foucault (1988) mostra que é através do discurso que essas desigualdades são construídas, uma vez que existem muitos discursos, no entanto, por essa relação de poder, muitos desses discursos são silenciados e, com isso, o poder é exercido por uns poucos.

Não se deve fazer divisão binária entre o que se diz e o que não se diz; é preciso tentar determinar as diferentes maneiras de não dizer, como são distribuídos os que podem e os que não podem falar, que tipo de discurso é autorizado ou que forma de descrição é exigida a uns e outros. Não existe um só, mas muitos silêncios e são parte integrante das estratégias que apoiam e atravessam os discursos (FOUCAULT 1988, p.30).

É nesse sentido que os discursos influenciam na configuração das identidades de gênero dos sujeitos e não é qualquer discurso, mas é o discurso do especialista, àquele que tem o poder e autoridade para falar. É através desses discursos especializados que se constroem as desigualdades entre as identidades de gênero. Todavia, as identidades de gênero excluídas ou inferiorizadas, estão presentes na sociedade e, também, servem como referências, nem que sejam como referência daquilo que não deve ser seguido.

No entanto, o sujeito que se diz “macho” e detentor de uma masculinidade natural não é necessariamente um seguidor radical das regras normativas da heterossexualidade, mas existe uma relação de cumplicidade com a matriz heteronormativa, pois se as normas forem

---

<sup>2</sup> Vagina é usado aqui no sentido de órgão genital que o sujeito possui ao nascer em sua constituição anátomo-biológica, porém existem sujeitos que não nascem com o órgão genital vagina, no entanto por terem lhe atribuído uma posição de sujeito de gênero referente ao órgão genital, podem, em relação ao seu desejo de prazer e satisfação sexual, sentirem desconforto, dificuldades de adesão ao gênero inteligível, o que as leva a fazer a transição.

cumpridas, mesmo que aparentemente, a relação de poder construída a partir delas permitiria ao sujeito posições sociais, vantagens materiais, prestígio, honra, reconhecimento, etc.

Essa cumplicidade com a norma de uma identidade de gênero que o sujeito pretende ou simula ter, nos leva a destacar e refletir sobre o que Butler (2003) chama de performatividade do gênero, pois o gênero é sempre um fazer, um processo constante reiterado. Dessa forma, a repetição de atos, gestos e signos presentes no âmbito da cultura e que funcionam como instrumentos de construção dos corpos masculinos e femininos, produzem uma falsa noção de estabilidade do gênero, como se este estivesse assegurado por dois pólos fixos e coerentes que encerram em si as possibilidades do gênero.

O efeito desse sistema, no qual se constitui uma hierarquia entre as identidades de gênero, se expressa via controle social exercido sobre os sujeitos, pois quanto mais se afastam dessa matriz normativa, mais eles terão que se vigiar e ter controle sobre todas as suas formas de interação, como por exemplo, “o modo de falar, o que se diz, o modo de usar o corpo, a roupa, as atitudes a tomar perante situações de tensão, conflito, emotividade”. (ALMEIDA, 1995, p. 242).

Consequentemente, a partir da perspectiva de hierarquização das identidades de gênero causada pela determinação da heteronormatividade como norma, existe uma relação conflituosa entre as referências das diversas experiências possíveis para essas identidades. Nesse sentido, aqueles sujeitos que não se enquadrarem à matriz heteronormativa tendem a serem marginalizados, estigmatizados, excluídos, sofrerão diversos tipos de violência e discriminação. Nesse sentido, se faz necessário entender como essa matriz heteronormativa se torna determinante para as expressões, práticas e experiências dos sujeitos de gênero.

### **3. Heteronormatividade: elemento constitutivo de referência normativa para as masculinidades**

A matriz heteronormativa ou a heteronormatividade é a norma que rege a construção de hierarquias entre as referências de posições dos sujeitos de gênero. Por isso, a heteronormatividade torna-se parâmetro de normalidade e designa como normal a atração e o comportamento sexual entre sujeitos configurados como de “sexos diferentes”. Com isso, se cria o binarismo homem/mulher como aquilo que é normal, no qual o homem possui a dominância sobre a mulher e sobre qualquer outra forma de vivência do gênero.

Segundo Miskolci (2009), a estrutura social está baseada no dualismo hétero/homo, mas a homossexualidade é priorizada por meio de um dispositivo que a

naturaliza. Neste caso, a heteronormatividade funciona como um aparato de poder e força que normatiza as características da ordem social vigente, assim, os sujeitos que não se adequam a essa ordem são classificados como anormais, pervertidos, sexualmente desviantes. Porém, esses sujeitos, também, são entrelaçados pela heteronormatividade, uma vez que esta os posiciona dentro da sociedade ao determinar qual seu papel nas relações sociais.

A heteronormatividade é um conjunto de prescrições que fundamenta processos sociais de regulação e controle, até mesmo aqueles que não se relacionam com pessoas do sexo oposto. Assim, ela não se refere apenas aos sujeitos legítimos e normalizados, mas é uma denominação contemporânea para o dispositivo histórico da sexualidade que evidencia seu objetivo: formar todos para serem heterossexuais ou organizarem suas vidas a partir do modelo supostamente coerente, superior e “natural” da heterossexualidade (MISKOLCI, 1996, p. 156).

Neste contexto, a heteronormatividade pode ser pensada como a norma reguladora materializada nos corpos em um processo que visa disciplinar formas de masculinidades e de feminilidades possíveis e diferentes entre si. Nesse sentido, Butler (2003) destaca que essa produção performativa do gênero é construída nos termos do discurso e das relações de poder que buscam uma unidade do gênero a partir de práticas reguladoras baseadas na matriz heteronormativa e, com isso, produzir as significações culturais do gênero.

A vivência do gênero, portanto, está limitada àquilo que o discurso determinou como pertencente a ele. Segundo Louro (2009), a matriz heteronormativa fixa o pólo binário do gênero homem/mulher e, mediante isso, limita às questões de gênero a esse pólo e não permite se pensar que este pode ser múltiplo e plural. À vista disso, se questiona a marcação do gênero a partir dessa referência, uma vez que o próprio gênero não pode ser visto como algo findado e fixo.

Nesse contexto, o que é ser homem? Quais as atribuições de significação constituem a masculinidade? Essas questões surgem no momento em que se pensa em masculinidade como uma construção social, como uma referência de identidade de gênero construída discursivamente na sociedade. Beauvoir (1980) diz que o sujeito não nasce mulher, torna-se mulher, sendo assim, o sujeito não nasce homem, torna-se homem.

Desse modo, a construção do sujeito masculino acontece desde seu nascimento e perpassando por toda sua vida e nesse percurso ele será cobrado e vigiado no cumprimento das normas constituídas como pertencentes a masculinidade. Assim, o processo de socialização de um sujeito é feito via representações contidas na matriz heteronormativa seguindo as regras que a regem. Segundo Nolasco (1995), se nesse processo de socialização se criam dúvidas a respeito de sua identidade de gênero, ou seja, se o modo de vivência da identidade de gênero

não corresponde à referência heteronormativa, esse indivíduo terá que provar constantemente a sua identificação com a matriz de referência.

Grossi (2004, p. 6) mostra que um dos principais elementos que definem a masculinidade na cultura ocidental é que o “masculino é considerado ativo”. Isso significa que o masculino tem que ser ativo sexualmente, ele deve penetrar o corpo da/o outra/o. O homem é, segundo a autora, aquele que “come”, isso significa que é aquele que penetra, assim “um homem de verdade tem que controlar as suas nádegas para não ser penetrado, pois a penetração é significativa de passividade, portanto de feminilidade” (GROSSI, 2004, p. 9).

Desta forma, o sujeito que se constitui via referência de masculinidade heteronormativa deve evitar a todo custo materializar qualquer característica considerada como pertencente à referência do feminino. A respeito disto, Santos (2010) fala que o homem precisa ser testado em sua coragem para afirmar sua virilidade<sup>3</sup>, para não perder a estima do grupo, para não ser chamado de “fraco”, “delicado”, “mulherzinha” ou “veado”.

Portanto, possuir um órgão genital tido como próprio do homem não é determinante de virilidade. Badinter (1993) mostra que os meninos devem aprender muito cedo a manifestar sua virilidade e a comprovarem que são machos, pois constantemente são colocados à prova com acusações como “prove que você é homem! ”. Sendo assim, a todo o momento, devem provar sua “macheza” e coragem para não correrem o risco de serem ridicularizados ou inferiorizados ao serem apontados como femininos ou gays.

No entanto, a identidade de gênero heteronormativa masculina, bem como as outras referências de identidades de gênero são frutos de um processo histórico de produção e reprodução de comportamentos e valores.

Masculinidade e feminilidade não são sobreponíveis, respectivamente, a homens e mulheres: são metáforas de poder e de capacidade de ação, como tal acessíveis a homens e mulheres. Se assim não fosse, não se poderia falar nem de várias masculinidades nem de transformações nas relações de gênero. O caráter móvel e contingente da relação entre masculinidade, homens e poder torna-se claro quando analisamos etnografias que prestam atenção ao diálogo e conflito entre masculinidades hegemônicas e subordinadas, ou que prestam atenção quer à variabilidade individual das identidades masculinas, quer às alterações destas num só indivíduo ao longo do ciclo de vida ou consoante diferentes situações de interação (ALMEIDA 1995 p. 162).

Assim sendo, a masculinidade faz parte de uma produção discursiva que se materializa nas relações sociais. Foucault (1996, p. 09) fala que “a produção do discurso é ao

---

<sup>3</sup> Característica ou estado de ser viril; condição do que é másculo enérgico, potente, esforçado, vigoroso ou corajoso. A virilidade masculina de acordo com a referência normativa se refere ao desejo e apetite sexual dos homens, assim quando se diz que um homem “perdeu sua virilidade”, se pretende significar que está com problemas de disfunção erétil ou impotência sexual.

mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída”. Esses procedimentos relacionados à produção do discurso servem para “conjurar” uma série de consequências produzidas a partir do discurso como “seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.”

Nessa perspectiva, Louro (1997, p.21) mostra que o masculino ou o feminino são construídos a partir daquilo que se diz ou se pensa sobre as características sexuais em determinada sociedade e em dado momento histórico. Sendo assim, para se compreender como a matriz heteronormativa construiu uma referência de identidade de gênero da masculinidade, “é necessário não só observar exatamente os seus sexos, mas aquilo que socialmente se construiu sobre os sexos”.

Portanto, a masculinidade heteronormativa é uma referência de identidade de gênero em meio a tantas outras possíveis. Sua posição na hierarquização das identidades se deu por um processo histórico no qual se naturalizou e normatizou determinados elementos como representantes dos modos de experiências do gênero. No entanto, a hierarquização que coloca uma única referência de masculinidade como norma e natural vem sendo questionada pelas outras referências de identidades de gênero que foram colocados à margem das relações de poder em nossa sociedade. Através do movimento feminista, do movimento LGBTTT, ativismo Queer, dentre outros, busca-se questionar a matriz heteronormativa que determinou uma referência de masculinidade como superior às outras nas relações de poder que envolvem as identidades de gênero.

## **Considerações Finais**

Na sociedade atual, as discussões a respeito das questões de gênero, ainda, estão carregadas de preconceitos e incertezas. Desse modo, uma parcela da sociedade tenta manter e legitimar o gênero e suas identidades como resultados de “essência natural”. No entanto, aquilo que a sociedade coloca como natural a respeito do gênero faz parte de uma construção ocorrida no e pelo processo histórico-político de constituição dessa sociedade. Pensar na desconstrução dessas estruturas normativas em que as identidades de gênero estão inseridas é um desafio que precisa ser superado e hoje já se deu alguns passos em relação à superação dessa norma que exclui e puni sujeitos por não se adequarem aquilo que foi configurado como restrito a determinada identidade de gênero.

Nesse sentido, pode se afirmar que são os discursos que constroem os gêneros, no entanto não é qualquer discurso o responsável por essa construção, são apenas aqueles que

possuem o poder legitimado pelas instituições sociais e seus agentes. Dessa forma, se construiu ao longo de um processo discursivo histórico-político uma estrutura normativa baseada em uma constituição anátomo-biológica para regular as relações e modos de vivência dos gêneros, na qual se configurou a heteronormatividade como a norma que regula as expressões e experiências dos gêneros.

Nesse cenário, a masculinidade como identidade de gênero normalizada é produto de formas de regulação que os sujeitos sofrem desde a infância e por isso tem como característica a ideia do “homem viril”. Essa referência da masculinidade é reproduzida nas relações sociais e é exigida para os sujeitos que nascem possuindo um pênis, pois para a visão normativa as características da masculinidade são inerentes a esse órgão genital.

No entanto, o órgão pênis não carrega em si nenhuma marca ou essência natural/orgânica que sirva como mecanismo para caracterizar as identidades de gênero dos sujeitos. Todas as marcas de gênero que esse órgão carrega foram constituídas pelos diversos discursos em relações de poder. Possuir um pênis não quer dizer que o sujeito será homem, masculino e nem que sentirá desejo pelo sexo oposto, assim como não quer dizer que seu comportamento já está determinado organicamente.

Portanto, a masculinidade vista como modelo fixo e acabado, não existe de fato. A ideia masculinidade “pura” é uma construção e por essa razão não se consegue encontrar nenhum sujeito que possa ser nomeado como representante total dessa referência das identidades de gênero, bem como nenhum sujeito que já tenha conseguido inscrever todas as características pertencentes a ela em sua identidade de gênero. Por isso tudo, os sujeitos estão sempre buscando enquadrar-se nas características impostas pela norma para a vivência da sua identidade de gênero.

Sendo assim, levando-se em consideração os aspectos apresentados no trabalho, concluímos que o processo de produção/reprodução da referência heteronormativa da masculinidade se dá nas relações sociais através das instituições pelos seus diversos discursos que imperam aos sujeitos aspectos de como deverá ser o modo de vivência de suas identidades de gênero. A experiência do gênero só será livre quando se deixar de colocar os sujeitos em quadros regulatórios que os limitem e impossibilitam a existência de trânsito entre as identidades.

## **Referências Bibliográficas**

ALMEIDA, Miguel Vale de. **Senhores de Si. Uma Interpretação Antropológica da Masculinidade**, Lisboa 1995.

BADINTER, Elizabeth. **XY: sobre a identidade masculina**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade**. Trad. Renato Aguiar. Ed. Civilização brasileira. Rio de Janeiro, 2003.

CONNELL, Robert (1997), «**La organización social de la masculinidad**», in Teresa Valdes, José Olivarría (org.), *Masculinidad/es: poder y crisis*, Santiago de Chile, Isis y Flacso-Chile, n. 24, pp. 31-48.

FOUCAULT, M. **A ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade I: vontade de saber**. Tradução Maria Tereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Edição Graal. Rio de Janeiro, 1988.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes 1997.

\_\_\_\_\_, Heteronormatividade e homofobia. In: **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Org: Rogério Diniz Junqueira. Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

GROSSI, Miriam Pilhar. **Masculinidade: uma revisão teórica**. In. Antropologia em primeira mão / Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina. —, n.1. Florianópolis, 2004.

MISKOLCI, Richard. **A teoria queer e a questão das diferenças: por uma analítica da normalização**. Sociologias, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, p. 150-182.

NOLASCO, S. **O mito da masculinidade**. Editora Rocco. Rio de Janeiro, 1995.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade, Porto Alegre, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

SANTOS, Simone Cabral Marinho dos, **O modelo predominante de masculinidade em questão**. R. Pol. Públ. São Luís, v.14, n.1, p. 59-65, jan./jun. 2010